

O LUGAR DA INFÂNCIA NO CENTRO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: um estudo sobre os usos e apropriações dos espaços de três praças no centro de Belo Horizonte.

Autores: Maria de Fátima Almeida Martins

José Alfredo Oliveira Debortoli

Marina da Silva Teixeira

Amanda Elias Arruda

Como o “primitivo” (ou pretendido como tal), a criança, que se considera erradamente [à tort] como um ser elementar, sem dúvida porque improdutivo e subjugado [asservi], esta criança deve passar do espaço do seu corpo a seu corpo no espaço. (LEFEBVRE, 2000, p.3).

A ausência de espaço para a experiência nas sociedades modernas é um motivo de diversas tendências filosóficas de nosso tempo. (KOHAN, 2003, p.240)

Introdução

A motivação para escrita deste texto sobre a criança e sua infância na relação com a cidade, vem da pesquisa que ora desenvolvemos e que tem como base para esta reflexão o movimento que é realizado pela sociedade na qual concretizamos nossas experiências cotidianas. É, portanto, neste contexto de produção, reprodução e ressignificação da sociedade que buscamos evidenciar formas e olhares para compreender como as crianças realizam suas experiências de viver, bem como sua educação na cidade. A escolha da pesquisa sobre as crianças no centro da cidade com seus usos e apropriações dos espaços públicos vem de questionamentos sobre a infância na cidade feitos na Pesquisa *Infância, Cidade e Educação e o Projeto de Pesquisa Construção Social da Infância no Contexto Urbano Contemporâneo: um Retrato da Infância em “Condomínios Fechados na Cidade de Belo Horizonte”*.¹

Como desdobramentos destes estudos, temos buscado compreender a criança, sua infância e sua educação na cidade. Com enfoques voltados para abordagens que sinalizem novos conhecimentos, construídos de forma interdisciplinar, sobre a infância no contexto urbano contemporâneo, através destas pesquisas estão sendo discutidos caminhos para a consolidação do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. É importante frisar que, estas preocupações em nossos estudos, temas de pesquisa, seminários e produções emergem do anseio de encontrar – no diálogo entre diferentes campos de conhecimentos como a Geografia, a Pedagogia, a Educação Física e a

¹ Financiados respectivamente pela Rede de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer na Cidade (Ministério dos Esportes) e FAPEMIG.

Terapia Ocupacional –, um olhar, uma leitura, uma construção interdisciplinar do conhecimento “sobre” e “com” as crianças e jovens, buscando desenvolver questões que envolvem as relações com a cidade, os espaços urbanos e as experiências de lazer, problematizando as relações que se constituem fundamentalmente, como prática pedagógica ampla, institucional e política. Procuramos sistematizar um conjunto de conhecimentos tanto políticos quanto éticos e estéticos, propondo conhecer, compreender e revelar as condições de inserção das crianças e dos jovens no contexto urbano contemporâneo.

Ao longo de nossa trajetória acadêmica as discussões a cerca da cidade e do processo de urbanização têm sido centrais. Sob essa orientação realizamos várias orientações de trabalhos de final de curso. Mais recentemente, interessa-nos buscar aproximações de temas de estudo relacionados com as discussões sobre a cidade e a educação. A investigação sobre a presença das crianças no espaço social contemporâneo (cidade, arquitetura, ruas, parques, espaços de lazer, experiências de brincadeiras, etc.), levou-nos a reconhecer elementos que elas anunciam, tensionam e ressignificam os sentidos das cidades. Interessa-nos, pois, aprofundar estudos sobre que infâncias estão refletidas nos espaços centrais, assim como, de que formas as crianças se apropriam destes espaços no centro da cidade. Propomos, com isso, buscar dentro de diferentes formações sociais, constituídas em um espaço urbano extremamente diverso, significados, discursos, políticas e relações atribuídas à experiência de infância, que se expressam em novas formas de institucionalização. Na cidade, estas formas tornam-se evidentes: família, escola, leis e normas de usos dos espaços públicos.

Como espaço que contém o moderno, a cidade amplia e diversifica as diferentes formas possíveis para (re)produção da sociedade. Para isso é importante evidenciar que as condições para viver nesta devem ser compreendidas no âmbito do econômico, do social e do político. Neste sentido, uma análise sobre o espaço urbano ganhou significado pela complexidade dos processos que lhes são próprios e por ser neste, também, onde podem ser evidenciados os mais elementares e essenciais movimentos da vida social fundamentais à formação do homem contemporâneo, ou seja, a cidade, e mais especificamente o urbano, a sociedade urbana, carrega contradições sem, no entanto, aboli-las, que, portanto, superpõem-se, como observou e demonstrou Henri Lefebvre².

O entendimento é de que a cidade como forma espacial que contém o movimento da vida social dá sentido e significado ao modo de vida advindo desta forma urbana, que se tornou hegemônica nesta sociedade. Por sua vez, a criança que contém e carrega o que há de potência do vir a ser, assim como o que lhe é próprio, a infância, ou seja,

“... a positividade de um devir múltiplo de uma produtividade sem mediação, a afirmação do ainda não previsto, não-nomeado, não-existente; a asseveração de que não há nenhum caminho

² Ao analisar a sociedade urbana, Lefebvre ressalta que é através da explosão da cidade que “a sociedade urbana e o ‘urbano’ em emergência, superpõem suas contradições as das era industrial e da era agrícola. [Mas] que contradições podem tornar-se *motrices* do crescimento e do desenvolvimento, quer dizer, eventualmente destruidoras? Todas. As do urbano - por exemplo o conflito entre *integração* e *segregação*, entre as formas de centralidade (entre a centralidade como forma e seus conteúdos), entre o urbano e o Estado -, não trazem a neutralização das contradições surgidas da relações de produção capitalista (entre propriedade privada e socialização do processo de produção, entre proletariado e burguesia). Pelo contrário, as agravam, dificultam mais ainda sua solução.” LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978. p.12. (tradução livre. Ênfases do autor).

predeterminado que uma criança (ou um adulto) deva seguir, que não há nenhuma coisa que ela (ou ele) deva se tornar: a infância é ‘apenas’ um exercício imanente de forças.” (KOHAN, 2003, p.252)

Neste sentido, o desafio é compreender a educação desta criança e de sua infância no espaço urbano. O estudo empírico aqui referido será o de apresentar os usos e apropriações dos espaços públicos na área central de Belo Horizonte pelas crianças com suas diferentes experiências de infância no urbano, ou seja, nossa análise focará no exame das práticas espaciais e culturais das crianças em lugares na área central, particularmente a Praça da Estação, a Praça da Liberdade e o Parque Municipal. A escolha por estes espaços se faz por este permitir aproximações, convergências, e diferenças dos olhares, assim como pode evidenciar a partir de diferentes recortes epistemológicos, leituras e questionamentos das condições concretas de produção e reprodução da sociedade, materializadas pelo processo de metropolização na cidade de Belo Horizonte.

Para o desenvolvimento da pesquisa, estamos partindo especialmente do exame das transformações espaciais que vem ocorrendo no centro da cidade procurando compreender qual a preocupação com a criança nestas intervenções, ou seja, compreender que lugar esta ocupa neste espaço central. A intencionalidade será de também realizar uma incursão teórica na relação infância e urbano.

Para este texto faremos inicialmente, mesmo que breve, um movimento de reflexão sobre as questões que norteiam esta pesquisa que são: a formação e produção do espaço de Belo Horizonte; reflexões sobre a criança, a infância e sua educação; e as formas como estão sendo pensadas a aproximação e apreensão da infância no campo de pesquisa, ou seja, a indicação do caminho que escolhemos, até o momento, para pensar e apreender a problemática da criança na urbanização contemporânea, a partir das “metamorfoses” dos usos e apropriações dos espaços públicos no centro de Belo Horizonte.

1. Uma cidade sem infância: sob os auspícios do urbanismo moderno nasce a cidade de Belo Horizonte.

A compreensão de um espaço como o de Belo Horizonte, que foi concebido e prescrito, aparentemente, sem contradições, ou melhor, para que nele não existissem contradições, passa necessariamente pelo conhecimento das tensões que carrega e contém. Estas se manifestam, por exemplo, através do conflito entre *integração* à sociedade urbana pelo Estado e *segregação* do espaço da cidade. É com o discernimento das relações se estabelecem cotidianamente e pelas quais essas formas de sociedade são produzidas e reproduzidas que acreditamos poder chegar a uma compreensão de sua constituição histórica.

Neste movimento de produção e reprodução do espaço, podemos dizer que, no movimento natural de formação e constituição dos espaços da/na cidade, Belo Horizonte não viveu a experiência de nascimento de uma cidade que surge com e através das práticas de seus habitantes. Esta surge já grande, pode-se dizer adulta com seus espaços já definidos, concebidos, prescritos, determinados, o que não significa dizer que estes não tenham sido apropriados, ressignificados pelos seus habitantes posteriormente, no movimento das práticas urbanas.

Pode-se dizer que, como “todo projeto de urbanismo oculta um programa de vida cotidiana, ele [também] se refere explicitamente ou não a uma concepção de um conjunto [do] homem, da vida e do mundo” (LEFEBVRE, 1961, p.83 *tradução livre*), a produção do espaço de Belo Horizonte foi fruto de uma experiência urbanística cuja precisão geométrica e o detalhamento de seus contornos, que resultou na retificação e na ordenação das formas espaciais, constituíram-se em importantes componentes para a efetivação de uma vida planejada e prescrita.

A produção deste espaço (que simbolizava não só o novo, o moderno, mas sobretudo a desvinculação e rompimento com o velho, o atraso) foi fruto do pensamento e das aspirações positivistas que, no Brasil, serviram de embasamento ideológico a um projeto modernizador levado a efeito em diversas facetas: econômicas, políticas, arquitetônicas,... Portanto, para a conformação deste novo, para romper com a velha forma social monárquica, cujo período colonial³ expressava uma realidade mediada e regulada por “leis, decretos, alvarás e ordens régias” (FAORO, 1987, p.149), impunha-se uma nova forma de organização da sociedade que, movida e estruturada pela idéia de progresso, comportasse também princípios e conceitos da modernidade, como por exemplo o de cidadão.

A construção da nova capital mineira a partir de 1894 se fez repleta de ambigüidades próprias e inerentes ao novo, ao extraordinário, que se sobrepõe à vida ordinária rural, tornando-se cada vez mais presente no pequeno e pacato arraial Curral d’El Rey, transformado em centro para onde deveriam afluir os modernos padrões de economia que garantissem as novas formas e funções sociais, políticas e culturais da nova capital das Minas Gerais.

Na sua história, Belo Horizonte foi fonte de inspiração para literatos que buscavam no cotidiano que se impunha aos seus habitantes as possibilidades e impossibilidades de sua inserção na vida que ora fazia-se moderna, política e culturalmente. No romance *A Capital*⁴, por exemplo, Avelino Fóscolo retrata através da trajetória de seus personagens a angústia de como estes acompanhavam “o surgimento de novas formas de inserção em uma cidade onde não mais havia lugar para eles, seja por se verem expropriados de suas propriedades, ou expropriados de seus valores e de sua cultura.” (VEIGA, 1994, p.69)

³ Para Faoro, “a sociedade colonial não esgota sua caracterização com o quadro administrativo e o estado-maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar, tutelada de cima e do alto.” (Cf. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987, p.203.)

⁴ Este romance foi publicado em 1903 por Avelino Fóscolo (1864-1944), mineiro de Sabará que, ao vivenciar as transformações do velho Arraial, retratou, através da trama que envolve os seus personagens, não somente as suas trajetórias, mas também fatos concretos da construção da nova capital. O que é mais interessante no romance de Fóscolo, como bem ressalta Cynthia Greive Veiga, é a forma como o autor retrata “[...] a dimensão maior que foi o espetáculo ocasionado pela modernidade através das impressões, dos incômodos e das esperanças produzidos pelo reordenamento material e cultural ocorridos no mundo ocidental ao final do século XIX.”(VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas., 1994, p.48)

Contudo, sabe-se que a cultura política, herdada do período colonial e formulada pelas elites, reforçava muito mais o patronato, forma política segundo a qual, na relação entre as classes, prevalecem o paternalismo e o clientelismo, que têm o sentido muito mais de silenciar os dominados, para “conservá-los em seu lugar”, do que propriamente permitir que se tornem cidadãos que possam vir a criar direitos e deles usufruir. “A política formal permaneceu uma atividade de elite, não uma forma de conflito de classe” (HAHNER, 1993, p.51). Foi nesse contexto que o novo, o moderno, ganhou existência. O que a construção da nova capital deveria atestar, pois que não se tratava de introduzir nada na vida de ninguém, e sim de retirar, na maior parte das vezes, as pessoas, os considerados incômodos, obsoletos, aqueles que, de acordo com Marshall Berman, ao falar da modernização amparado em Goethe, no Fomentador, estão “no caminho da História” (BERMAN 1989, p.66).

A construção de uma nova capital pela e para a elite mineira, imbuída da idéia de progresso, teve o sentido de corroborar com os ideais republicanos e criar um espaço que exprimisse limpidamente a República recém-instaurada, ou seja, um lugar onde a concepção de liberdade prevalecente se estabeleceria, possibilitando a emancipação dos indivíduos, convertidos em cidadãos. Sabe-se, no entanto, que a idéia, ou melhor, a República que se concretizou esteve muito mais próxima de uma integração do suposto cidadão ao Estado. A *estadania*, como bem definiu José Murilo de Carvalho⁵, acabou prevalecendo entre nós muito mais que propriamente a construção de um espaço de direitos.

O desvendamento deste espaço produzido pelo Estado exige questionar a racionalidade que o informa, posto que é através dela que se determinam as prescrições, normatizações, significações,... Pode-se chegar às contradições procurando verificar que o espaço produzido pelo Estado na verdade esconde, ou mesmo tenta anular, diferenças marcantes no tecido social da cidade de Belo Horizonte, hoje compreendida e transgredida pela metrópole, como, por exemplo, pelas diferentes áreas ocupadas por ricos, nos primórdios de sua ocupação, geralmente mais centrais e bem urbanizadas em contraposição à ocupação de áreas periféricas com pouco ou quase total ausência de serviços e infra-estrutura urbanos. Espaços produzidos diretamente sob a racionalidade estatista que, a rigor, deveria atuar segundo pressupostos e sentidos diferentes, porque universais, dos que norteiam a atuação diretamente capitalista e, portanto, produzir cidades em que não se verificariam aquelas condições miseráveis bastante demonstradas, por exemplo, pelos estudiosos da urbanização do século XIX experimentada pelos países altamente industrializados da época. O resultado alcançado através dessa atuação sob racionalidade estatista (na qual, em verdade, prevalecem interesses particulares) foi, no entanto, o de uma cidade que se tornou metrópole e resultou num todo (o urbano enquanto totalidade – aqui é preciso considerar que o urbano, para Henri Lefebvre, por exemplo, está a caminho da sua realização, ou antes, está apenas indicado nesta e por esta sociedade dominada pela acumulação de capital) fragmentado em áreas que contam amplamente com os avanços materiais alcançados pela modernização ao lado, rodeadas, ou melhor, entremeadas, por outras extensas áreas

⁵ Para José Murilo de Carvalho, os vários grupos que contestavam a Monarquia acabavam por adotar modelos republicanos com ênfases no Estado. Dentre estes estavam os bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com os salários, migrantes urbanos “[...] todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta do Estado do que pela afirmação dos direitos de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania.” (CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.96-7).

onde há verdadeira escassez dos avanços materiais mais elementares do mundo moderno (falta d'água, de calçamento, esgoto correndo na porta das casas,...).

Contudo, isso não significa apenas um desvirtuamento, ou a suposta corrosão dos pressupostos racionais estatistas pelas forças que comandam a metropolização (a principal delas certamente é a industrialização). Na base, na gênese mesma da concepção da cidade, a segregação espacial já era considerada e foi, portanto, produzida e reforçada ampliamente. Mas não exatamente em virtude da ação das forças cegas de mercado, como na urbanização produzida (nos moldes da que ocorreu na Inglaterra no século XIX) a reboque da industrialização, mas sobretudo, e fundamentalmente porque a concepção da cidade-modelo que viria a ser Belo Horizonte deu-se assentada naquelas relações tidas como arcaicas, patrimonialistas e que supostamente nada tinham a ver com o mundo moderno que a República parecia representar, ou viria a instaurar, e Belo Horizonte deveria espelhar.

A existência, em Belo Horizonte, de uma área central, tomada como cidade, concebida sob os auspícios do urbanismo moderno, onde não era tolerada a presença dos incômodos e inconvenientes, é um bom exemplo dessas contradições. Contudo, pode-se dizer que este espaço do controle, do prescrito, é também espaço do encontro, da diversidade que hoje a metrópole exprime e é por ser e conter essas formas, próprias da metropolização (cujo processo que é moderno, característico da sociedade urbana contemporânea) nos mobiliza a ir ao encontro da infância neste espaço.

2. Infâncias sem cidade: sob os auspícios da modernidade nascem infâncias cada vez mais submetidas a um cotidiano racionalizado, fragmentado e programado.

A civilização moderna, como assinala Arendt (1972, p.235-237), concebeu uma infância dependente do adulto e buscou protegê-la do mundo remetendo-a à segurança da família e das escolas. Nesse sentido, compreendeu a educação como um processo privado, idealizado e gradual de inserção nesse mundo: desenraizou as crianças da cultura e das experiências sociais como dimensão pública, elaborou um desenvolvimento centrado em uma idéia de presente e constituiu um encadeamento lógico em direção a um futuro previsível e estável.

A modernidade anunciou uma trajetória que culminava com uma idéia de perfeição: científica, racional, madura, tecnológica, eficiente, disciplinada, saudável e bela, para a qual as crianças deveriam ser preparadas. Contudo, ao focalizar seu percurso histórico, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico que fez emergir, o que se assistiu foi a um processo de embrutecimento das relações sociais: guerras, exploração, escravidão, tortura, prostituição, violência, vida nas ruas, tráfico, abandono, precariedade de condições de moradia, saúde e educação, enfim, uma série de violações, desigualdades e descaso com relação à vida humana.

Nesse contexto, assistimos, ao longo da história, a uma *menorização* das crianças em relação aos adultos, das mulheres em relação aos homens, dos negros e dos índios em relação aos brancos, dos pobres em relação aos ricos, da cultura popular em relação à cultura erudita, dos saberes cotidianos em relação aos saberes científicos, entre muitas outras expressões de poder.

Contradizendo expectativas e concepções elaboradas na modernidade, que supõem um lugar de dependência das crianças em relação aos adultos, tem-se acirrado o isolamento das crianças, que estão cada vez mais sozinhas, institucionalizadas em tempos e espaços específicos, experimentando relações restritas a seus próprios pares. Esse isolamento, às vezes, absorve uma idéia de proteção das crianças. As ruas, as cidades, os condomínios, os bairros, as comunidades, mesmo as escolas, vão perdendo um sentido de expressão coletiva e de partilha das relações sociais. As crianças se vêem envolvidas em um mundo de imagens, tecnologias, produtos e desejos individuais que a maioria sequer tem condições de se apropriar (não por competência, mas por meios de acesso e inserção), mas que, como norma ou moda, impõem ser consumidos como expressão do novo cidadão contemporâneo.

Nesse contexto, as crianças distanciam-se dos adultos e das relações sociais, desligando-se de um processo de apropriação e produção da cultura. As imagens, os produtos, as tecnologias falam por si, são auto-explicativos, expressam-se como verdades inquestionáveis, não pedem mediações: onde só vale o que é novo e imediato, nem as contradições do passado nem as do devir cabem ser problematizadas.

Estas reflexões não expressam uma visão nostálgica do passado nem prescritiva do futuro. Cabe-nos buscar nexos para compreender o presente, e não supõem um passado intacto e idealizado. Procura-se um contraponto à desumanização, reassumindo um lugar de narrativa de uma história comum e coletiva. Como observa Arendt (1997, p.242), mesmo quando a modernidade buscou instrumentalizar a ação humana, não conseguiu desideologizá-la, tampouco despolitizá-la. Crianças e adultos não são sujeitos abstratos, constituem-se na história e nas relações sociais.

- Entre a institucionalização e o esvaziamento das relações sociais.

Se, por um lado, podemos afirmar que a idéia de infância continua demarcada pela família e pela escola, por outro lado, assistimos cada vez mais a pulverização das instituições e das infâncias na cidade: imagens de crianças e infâncias vão sendo cotidianamente produzidas pelos shoppings, pelas “escolas” de esportes, línguas estrangeiras, *espaços kids*, dos projetos sociais, etc.

Essa institucionalização crescente da infância vem atrelada, ambigualmente, ao esvaziamento das relações sociais e à sua ausência no espaço público: transformações na ordenação da vida cotidiana provocam a produção de novas formas de sociabilidade que acarreta uma diferenciação entre o domínio da rua, o espaço público de circulação e anonimato e a casa, lócus de realização de uma sociabilidade privada, centrada na família como afirmam Gomes e Gouvêa (2008, p.48).

A tensão gerada na apropriação dos espaços públicos e privados pode ser simbolizada nas relações sociais que as crianças estabelecem com e na rua. Se, de um lado, a rua pode ser apontada como lugar da utopia do encontro, teatro espontâneo, onde se dá o movimento e a mistura; por outro lado, a rua pode ser percebida como rede organizada pelo e para o consumo, ela está submetida ao sistema que prima pelo rendimento, pelo lucro. (LEFEBVRE, 2004, p.28)

A rua, na cidade contemporânea, se apresenta como lugar de passagem, trânsito de carros, lugar hegemônico do adulto e do masculino. Não é comum mais se ver

crianças brincando nas ruas, escapando do domínio privado da casa e dos adultos. Na rua, outras formas de sociabilidade podem ser experimentadas.

Entretanto, esse espaço da rua como palco para expressão infantil, manifestação cultural e aprendizado das crianças cede lugar para a idéia de que devemos tirá-las da rua, já que a criança que fica na rua ou é autora ou é vítima da violência. A rua, o espaço público, passa a ter uma conotação negativa ameaçadora, perigosa... Esquecemos, porém, que ao abdicarmos das ruas, dos espaços públicos assim como quando não ocupamos de fato essas espacialidades, é que se verificam os riscos da violência urbana.

A negação da cidade, na figura dos espaços públicos, vem se revelando em um distanciamento da diversidade, do encontro, de sua própria humanidade.

- Tempos e espaços racionalizados, fragmentados e programados.

As crianças nos centros urbanos, cada vez mais, vem sendo capturadas pela fragmentação, pela programação e pela racionalização do cotidiano, do trabalho, do mercado e do consumo. Observamos, nas classes sociais mais altas um cotidiano intensamente programado para as crianças, que realizam circuitos na cidade, a partir do deslocamento de várias instituições. Criança, menino: casa, escola, casa, escola de futebol, escola de inglês, shopping, espaço kids, casa... Criança menina: casa, escola, casa, escola de balet, escola de inglês, shopping, espaço kids, casa... Nas classes mais empobrecidas, também é possível verificar a existência de circuitos, porém, com alterações entre as espacialidades. Criança menino e menina: casa, creche, projetos sociais (música, danças, esporte, luta), casa.

Assinalamos um esvaziamento das práticas espontâneas, do encontro, do ócio, do convívio social e cívico, o tempo da brincadeira, do riso. A partir desses exemplos, podemos afirmar que o contemporâneo toca os sujeitos, a pluralidade das infâncias de maneiras diferentes, mas toca a todos (meninos e meninas, classe alta e baixa, negro e branco, criança pequena e criança grande). Outra marca do tempo nas relações sociais está na relação entre adultos e crianças. A lógica do trabalho provoca um afastamento dos pais e das crianças e com isso, cada vez mais as crianças se relacionam unicamente com os seus grupos de pares.

- Consumo, isolamento, enclausuramento e restrição das relações sociais.

Nas cidades existem inúmeros produtos e signos infantis. São artigos de vestuário: roupas, calçados, bijuterias; produtos culturais: livros, música, cinema; espaços: espaço kids, garage bar, brinquedoteca, casa de lanches. A cidade toca as infâncias e vem alterando as formas de sociabilidade, o reconhecimento de cidadania, assim como o senso de responsabilização e comprometimento social dessas crianças para com o seu próximo e a sua cidade. Cabe ressaltar, como problematiza Castro (2001)

O perambular pelas ruas e os deslocamentos na cidade propiciam, ainda que de maneira assistemática e não completamente elaborada, uma cultura política, no sentido de questionamento e problematização das

condições desiguais e injustas da existência para os habitantes da mesma cidade. Assim, a *polis*, a cidade, pode ser fonte de reflexão política do nosso cotidiano: o exercício de pensar como construímos nossas relações e como agimos na cidade pode impulsionar novas maneiras de encarar a vida social e suas mazelas. (p.)

A cidade que era anteriormente percebida como “centralidade”, inicialmente para o comércio, para os serviços e para o encontro cede lugar para a “produção da cidade” marcada por práticas discursivas do mercado imobiliário e do capital, vem sendo redesenhada e novos signos entram em cena. Com essa perspectiva novas centralidades passam a nortear o crescimento e a produção do espaço urbano, que orientado, especialmente, pela apropriação privada do espaço, pela propriedade impulsiona e faz surgir às longas e extensas periferias que, nos primórdios da urbanização brasileira foram compostas e caracterizadas pelo empobrecimento e precariedade das condições de reprodução social. Neste movimento a cidade se constitui como lugar e condição da produção e reprodução do capital, e neste processo, seu espaço transformado em mercadoria dá às periferias novas configurações espaciais e condições para a reprodução social.

Os condomínios fechados são exemplos dessas novas espacialidades produtos de um discurso do sistema mercadológico. A idéia de um estilo de moradia seguro, saudável que contrapõe a imagem do centro urbano enfeitiça uma parcela da população. O desenho dos condomínios fechados aparece no cenário urbano brasileiro aproximadamente nos anos 80 e 90, inicialmente em São Paulo e progressivamente em outras metrópoles, dentre elas Belo Horizonte.

Na região metropolitana de BH, os condomínios aparecem na lógica da periferização da cidade e se disseminam por regiões como Lagoa Santa e Nova Lima, principalmente. Essa realidade pode ser explicada a partir do histórico da região e das tendências do mercado imobiliário.

Essa nova espacialidade no urbano contemporâneo pode ser analisada principalmente, como conseqüência da descrença de grande parte da população na justiça e da adoção de medidas privadas de segurança, tendo em vista o discurso da violência e do crime nos centros urbanos e a ineficiência do aparelho de Estado.

A ocupação anterior dos bairros centrais pela classe média e alta de acordo com o padrão de urbanização centro - periferia na década de 80 altera-se, uma vez que a centralidade por muitos passa a ser percebida como palco da desordem, do medo, da sujeira, portanto, lugar a ser abandonado e rechaçado. Atrelado ao discurso da cidade como algo negativo e maléfico a qualidade de vida está o aquecimento do mercado imobiliário inscrito na lógica do capital que supervaloriza e especula acerca de novos estilos e locais de moradia.

Observa-se um enclausuramento, um isolamento e uma restrição crescente das relações sociais. Uma vida marcada por relações entre iguais. A heterogeneidade social muitas vezes é vista como ameaçadora, perigosa, logo, deve ser temida e combatida, o que tende a aumentar o preconceito e as desigualdades sociais, e se tornar fonte de segregação espacial e discriminação social. Esse novo desenho da cidade coloca em risco os sentimentos de pertencimento e enraizamento na cidade, esvaziando o compromisso e a responsabilidade social.

3. Compartilhando caminhos para uma compreensão das infâncias e do urbano no centro da cidade.

Reconhecendo que a pesquisa com as crianças traz para o centro da reflexão o lugar que os adultos, as instituições educativas, o espaço público, as cidades, as famílias ocupam nos processos de construção, transmissão e domínio da cultura, a relação entre infância (como condição de ser afetado) e o urbano (como condição e vida da/na cidade) coloca-nos diante de questões centrais para compreensão de nossa sociedade². Nossa proposta não é pensar a criança isoladamente, mas colocá-la em foco para compreendermos a sociedade em que estamos inseridos. Isso também implica desfocar o debate sobre uma suposta inferioridade ou incompetência da criança em relação ao adulto, para colocá-la efetivamente em termos relacionais e processuais, buscando compreender os significados que emergem na e da ação das crianças (CASTRO, 2001, p. 28).

Henri Lefebvre, pensador que norteia nossas discussões sobre a cidade, coloca que a sociedade designada urbana é uma realidade em formação, é uma tendência que se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver e não está acabada. “O urbano é um continente que se descobre e que se explora à medida que é construído”(LEFEBVRE, 2004, p.81). Ainda que concretamente a vida na cidade seja permeada por determinações e impossibilidades, dialeticamente ela carrega o seu contrário, ou seja, a cidade também se coloca como espaço do encontro, de criação do novo.

O entendimento sobre a infância, para esta pesquisa vem sendo ancorado em uma concepção dialética, compreendendo a criança como aquela que potencialmente tem a capacidade de criar, de descobrir, de transformar, de romper com os sentidos das coisas, pois carrega consigo “naturalmente” características como a espontaneidade, a curiosidade, a criatividade e por ser capaz de marcar seu canto e divertir-se deixando seu traço de passagem no espaço, como bem ressalta Lefebvre no livro “A produção do espaço capítulo II”.

Neste sentido, a infância

“... de contínuo nascer, ela é a possibilidade de quebrar essa inércia repetitiva do mesmo que seduz a um mundo sem nascimento. Ela simboliza a possibilidade de uma ruptura radical com a repetição do mesmo, a expectativa de uma repetição livre e complexa, do radicalmente novo, do que não pode ser inscrito na lógica do estabelecido. [...] Uma faculdade, uma potência, uma força, isso é também infância.” (KOHAN, 2005 p.252)

Pensar a criança no contexto urbano, portanto, é enxergá-la como sujeito capaz de se expressar, de compreender, de criticar, de modificar, de se relacionar, sem deixar de levar em consideração suas angústias e suas impossibilidades. Temos como princípio metodológico a importância da voz e do olhar das próprias crianças para o estudo das realidades da infância, buscando estabelecer conexões com diferentes contextos e campos de ação. Afirmamos, entretanto, que a ênfase nos elementos que as próprias crianças nos trazem para reflexão não se sustenta em abordagens isoladas e fechadas nas atividades infantis. Requer, sobretudo, uma mobilização interdisciplinar capaz de apontar outras perspectivas de interpretação e compreensão dos diversos fatores que produzem a infância na contemporaneidade.

Problematizar a infância supõe uma crítica aos conceitos tradicionais de abordagem da presença e visibilidade social das crianças. Mas também impõe novos posicionamentos diante das representações sociais forjadas nas estruturas e dinâmicas da sociedade, que precisam ser reconhecidas no discurso das crianças. Como assinala Amorim (2003, p.23), isto implica tanto compreender o ponto de vista das crianças quanto colocá-lo em perspectiva de análise, dando a ver aquilo que a criança não vê. Ou seja, para dar conta de um novo contexto trazido pelas crianças é preciso que o pesquisador assuma a responsabilidade de sua posição singular.

Propomos, nesse sentido:

- Mapear relações e práticas sociais próprias de crianças de diferentes contextos urbanos significados no espaço-tempo contemporâneo, desvelando suas relações com a cidade e seus processos de apropriação, partilha e produção da vida.
- Estabelecer diálogo com os campos disciplinares da Geografia e da Educação Física, no sentido da apreensão do espaço na relação com o corpo.
- Mapear os lugares da criança no centro naquilo que é dado às possibilidades destas viverem o urbano e sua centralidade.
- Discutir com as crianças as questões, os discursos e as representações que elas trazem, possibilitando que elas reconheçam suas maneiras de perceber e se perceber na cidade.

A pesquisa se encontra no movimento das primeiras incursões ao campo, envolvendo questionamentos metodológicos referentes à escolha dos tempos de observação (manhã, tarde, noite, dia de semana, finais de semana) nos três espaços previamente escolhidos, assim como das formas de abordagem dos sujeitos da pesquisa, etc. A ida ao campo até o momento foi de observação das crianças nestes espaços, acontecendo até o momento, somente na praça da Liberdade. É no momento da ida ao campo, de diálogo com o real, que a pesquisa se desenvolve, se enriquece e ganha sentido.

4- Referências Bibliográficas

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação entre ética, estética e epistemologia. In: FREITAS; SOUZA; KRAMER (Org.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BAZÍLIO; KRAMER. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura – Documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix/USP, 1986.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 7ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, [1982] 1989.

CASTRO, Lúcia Rabello de (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2001.

CASTRO, Lúcia Rabello de (Org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EdUnB, 1993, p.51.
- KOHAN, Walter. *Infância: entre educação e filosofia*. 1.ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- KRAMER, Sonia. Infância, Cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BAZÍLIO; KRAMER. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2000).
- LIMA, Mayumi S. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne: fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. v.2. Paris: L'Arche Editeur, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, [1970] 2004.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARQUES, Walter Ude. *Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano, 2001.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992.
- PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manoel (Coord.). *As crianças: contextos e Identidades*. Centro de estudos da criança. Universidade do Moinho, 1997. (Coleção Infans)